

1. CAJUEIRO

Ouvir Ao meio-dia, o sol na favela do **Cajueiro** derrete qualquer esperança de apaziguamento. O dia de trabalho de Mariana está longe de chegar à metade, apesar de ter acordado às cinco da manhã para atravessar a cidade, de Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro, passando por Santíssimo, Senador Camará, Bangu e Realengo, àquele enclave de pobreza no coração comercial da zona norte, em Madureira. Duas tarefas importantes previstas em sua agenda já estão cumpridas: a visita à **CRE 9**, para atualizar a lista dos alunos infrequentes na região, e a entrevista com a diretora da escola Rinaldo Musse, para acompanhar a adaptação de duas crianças e um adolescente recém-matriculados, depois que o tráfico obrigou sua família a mudar-se para longe de onde residiam e, portanto, para longe da escola que frequentavam. A tarde promete algumas dificuldades. A rotina das articuladoras é feita de surpresas e sobressaltos. Os

obstáculos multiplicam-se pelas mais diversas razões. Para enfrentá-los, são necessárias perícia e sensibilidade. Por exemplo, solicitar, ao líder local do tráfico ou da milícia, autorização para realizar o trabalho naquela área. Nada ocorre no território sem o seu conhecimento e sua anuência. Não fosse Mariana uma articuladora experiente, o projeto *Aluno Presente* lhe pareceria inviável. Quase sempre, os desafios superam o plano profissional. Requerem sangue frio, presença de espírito, disposição física e equilíbrio, além de coragem para aceitar o risco à própria vida. As articuladoras reúnem virtudes da repórter de guerra – porque mantêm-se lúcidas, sem perder o foco, mesmo numa troca de tiros –, da embaixadora – que negocia em condições adversas, submetida a tensão extrema –, da psicóloga – que sopra vida no vazio da impotência – e da assistente social – que vive todos esses momentos refletindo sobre os pressupostos sociais e as implicações desses fenômenos para as famílias e a comunidade, antecipando-se ao desdobramento das crises, sem deixar que seu compromisso com a população mais vulnerável seja abalado. Não é pouca coisa.

Mariana sobe o morro, dirigindo-se à associação de moradores em busca de ajuda para identificação de algumas famílias, e aproveita a caminhada para exercitar o que, no âmbito do projeto, é chamado “busca ativa”. Enquanto caminha, observa o cenário, o tumulto de vozes e mototáxis acelerando, ambulantes descendo para mais um turno no asfalto. Lixo e esgoto sem tratamento drenando a saúde de tanta gente. A beleza do Rio derrotada. Como o radar está sempre ligado, ela percebe um menino que se destaca porque está só, parado, maltrapilho. Ele é magro e está sujo. Mariana se aproxima, mas é a criança que a aborda primeiro. Quer saber o que a tia faz, por que está ali. Mariana diz que está ali para ajudar as crianças a entrar na escola. Pergunta-lhe o nome e prossegue:

“Onde está sua mãe?”

O menino cala-se.

“Onde você mora?”

“Eu não moro”, ele diz.

“Como assim? Onde é sua casa?”

“Aqui.”

“Aqui, onde? Qual é a sua casa?”

“Aqui mesmo. Não tenho casa.”

Mariana indaga pela mãe.

“Está por aí?”, ele diz.

“Como, por aí? Por aí, onde?”

“Lá embaixo. Deve estar na rua, embaixo da favela.”

A criança tem nove anos.

“E sua família?”

“Não tenho ninguém, não”, ele explica.

“Seu pai?”

Ele abaixa a cabeça.

“Não tem vó, tia, tio?”

“Não.”

“E a escola?”

“Não tenho escola, não, tia.”

Mariana imagina que será difícil descobrir o paradeiro da mãe, mas procura transmitir confiança: “Então, vamos até a rua, falar com sua mãe”. “Lucinete”, ele diz, “o nome dela é Lucinete.”

Descem, os dois, até a rua que desemboca na entrada da favela do Cajueiro. O menino caminha um pouco à frente, dirigindo os passos de Mariana. Lá estão homens e mulheres usuários de crack, dormindo na calçada, à sombra das marquises, entre as lojas, enrolados no que resta de seus cobertores, envoltos até a cabeça em trapos e papelão, infensos ao calor. Todos parecem ter a mesma idade, envelhecidos, esquecidos de si, ignorados pela sociedade. Impossível saber qual dos andrajos esconde a mãe. Enquanto Mariana hesita, por respeito e pudor, o menino não faz cerimônia: levanta o pano do primeiro, do segundo, do terceiro homem que dorme. Nenhum deles acorda com o movimento e o impacto da luz. Hibernam, indiferentes. Toda a energia está concentrada na metabolização da droga e sabe-se lá em quais fantasmas internos. O quarto embrulho humano é a mãe do menino. Ele a chama aos gritos, porque o sono é pesado, opaco,



impermeável. O menino balança o corpo da mãe com os pés e lhe dá uns bicos com a sandália de dedo. Mariana pede que ele não chute.

“Tem que ser assim mesmo, tia, senão ela não acorda. Tá doidona”, ele diz.

Mariana assume o comando, põe a mão sob a nuca da mulher e ergue sua cabeça, lentamente, chamando-a em voz baixa e serena.

“Lucinete, precisamos falar com você. Seu filho está aqui.”

Com esforço, Mariana apoia o tronco da mulher com o braço até que ela consiga sentar-se. Aos poucos, a vigília impõe-se, ainda que, entre a consciência e as palavras, estenda-se um véu nebuloso. A fala da mãe é pontuada por cortes, pausas prolongadas, alheamento. Compreende-se que ela não esteja presente na vida do filho. Ela não está presente em sua própria vida.

“Olha, aqui, seu filho.”

Lucinete quer saber quem é Mariana e onde o encontrou. Quando ouve que a criança estava no Cajueiro, reage com força:

“Vão te pegar, garoto, vão te matar.”

Mariana compreende o que houve: todos os parentes de Lucinete foram expulsos da favela pelo novo gerente do tráfico, ainda que ele pertença à mesma facção do chefe anterior. Talvez por suspeita de que tenham se envolvido em delação ou dívidas. Todos partiram para longe. Lucinete não tem a menor ideia sobre o destino deles. Preferiu ficar rondando a favela, sem entrar, porque ali conseguia a droga sem a qual não sobrevivia. O filho permaneceu por perto, porque a mãe era sua referência.

As demais informações são imprecisas. A mãe não tem a certidão de nascimento do menino. Como não sabe para onde foram os parentes, não resta ninguém a quem possa transferir a guarda do filho. Reconhece que não está em condições de cuidar da criança.

Mariana conhece perfeitamente os trâmites e protocolos. O Conselho Tutelar teria de ser convocado a intervir. O menino seria levado a um abrigo. O melhor destino que o aguardaria, entretanto improvável, seria a adoção. Antes de dar esse passo, decide tentar mais uma vez, investigar



mais, dar outra chance ao acaso – também chamada *providência*. Aquele menino tem alguma coisa intrinsecamente encantadora, o pequeno baluarte da resiliência.

Mariana o acompanha de volta ao que ele descreve como sendo seu lugar. Ele não crê no perigo divisado por sua mãe. Naqueles metros quadrados que constituem seu espaço, tem acesso a pão e leite, graças à generosidade do pequeno comércio local. Mariana concorda: esmirrado, frágil, que risco poderia representar para os traficantes armados? Ela promete ajudá-lo a encontrar algum familiar para que ele tenha uma casa e uma escola. Marca um encontro ao lado do Instituto Educacional Carmela Dutra, no dia seguinte, às duas da tarde. Certifica-se de que ele conhece o lugar e sugere que ele pergunte as horas no bar, no armazém, aos transeuntes. Ela não faltará. Precisa que ele não se esqueça, nem se engane com o horário.

Há dias que terminam e a deixam exausta. Há dias que simplesmente não terminam, recusam-se a fechar a cortina e encerrar o expediente. Há histórias que comovem, mas passam, deslocadas para o almoxarifado interno, aquele espaço da memória que acumula restos de lembranças e emoções cuja reativação exige esforço e a mobilização da vontade. Há, entretanto, histórias que resistem ao sentido do dever cumprido, ao tempo, ao esquecimento, e que tomam de assalto o coração, involuntariamente. Mariana teve a certeza de que essa era uma delas quando a angústia e a expectativa pelo desenrolar do caso suplantaram seu esgotamento físico e o sono.

Às duas em ponto do dia seguinte, ambos estão no local mercado, Mariana e a criança. Ambos ansiosos. Escapando ao comportamento padrão, a articuladora oferece o sanduíche que trouxe de casa. O menino morde o pão com enorme prazer. As articuladoras do projeto costumam dizer que é preciso persistência e paciência, porque a narrativa não se entrega de imediato, completa, fechada, redonda, com início, meio e fim. O relato é fugidivo, colore-se de acordo com o cenário e o contexto, contradiz-se, avança, recua, ao sabor do momento, agregando detalhes

que modificam o sentido. O depoimento do sujeito vulnerável é de difícil apreensão, escorregadio como um réptil. Afinal, é necessário proteger-se, desconfiar e guardar brechas para a fuga ou a negação. As histórias vão se tecendo, dia após dia, novos enredos sendo acrescentados como os puxadinhos das casas populares. Na véspera, não havia ninguém que Mariana pudesse procurar. Nenhum familiar, nenhum amigo. Mas a cena agora é outra. Nesse novo capítulo, depois da insistência de Mariana, o menino menciona a madrinha. O processo avança. Se há madrinha, há esperança. Quem sabe ela aceita assumir a responsabilidade pelo afilhado? O problema – sempre há algum; nada é fácil para as articuladoras – é que a madrinha reside no morro do Cajueiro, de onde a família da criança foi banida. Uma coisa é pernoitar na rua, enquanto se é criança. Outra, bem diferente, é estabelecer residência fixa e crescer em território proibido. Além disso, o que aconteceria com a madrinha?

O menino conhece bem a favela e sabe onde mora a madrinha. Cabe-lhe guiar a tia até lá. A receptividade foi amistosa, mas hesitante. A senhora entende a gravidade da situação a que o menino foi relegado e não se recusa a recebê-lo, até porque se sente só – os filhos cresceram e estão saindo de casa. Entretanto, o veto do tráfico não pode ser ignorado. A vida dela estaria em jogo.

Mariana compreende o ceticismo da madrinha, mas pondera que o obstáculo talvez possa ser vencido, em se tratando de uma criança. Ela é perita em negociações delicadas, conhece a linguagem adequada e os gestos codificados. Sabe como e o que dizer, e quando calar-se. Sabe ceder, exibir humildade e respeito, mostrando-se confiável, embora firme, independente e determinada. Sente-se razoavelmente segura para executar a tarefa, ainda que nunca perca o medo nesses encontros com homens poderosos, que fazem as próprias leis, porque a experiência já lhe ensinou que os indivíduos diferem uns dos outros, o que introduz uma dose de incerteza nos diálogos e torna necessária a criatividade na aplicação de quaisquer regras gerais. É indispensável identificar as características singulares de cada contexto e cada dono do morro. Seu trunfo é

o projeto, *Aluno Presente*, cuja imagem é positiva para todos que o conhecem, inclusive traficantes e milicianos.

“Se o dono do morro autorizar, a senhora fica com a criança?”

A madrinha concorda. Mariana vai tentar a última cartada. A senhora teme e não crê, mas Mariana está decidida. Pede que o menino a acompanhe. Chama o primeiro jovem armado que encontra, um olheiro do tráfico:

“Quero falar com teu chefe. Ele pode me receber? Não é nada de mais. Quero só pedir a ele uma coisa.”

O rapaz passa um rádio informando que a tia *black* da escola estava ali e queria vê-lo. Autorizada a subir, Mariana sobe o morro, guiada, mais uma vez, pela criança, que lhe oferece a mão para escalar uma pedra maior:

“Você é tão magrinho, como é que vai ter força pra me segurar?”

Finalmente, o barraco do chefe. Ele recebe os visitantes, solícito, sem perder a majestade. Ela se dá conta de que ele a conhece, mesmo que ela nunca o tenha visto. Ele quebra o gelo:

“O que é que tu manda?”

“Eu queria te pedir uma coisa.”

“Dá o papo.”

“A família desse menino foi expulsa do morro e deixou ele sozinho. Ele está na rua, sem estudar, sem comer direito, na chuva e no sol, sem ninguém. A madrinha dele mora aqui e aceita ficar com ele, desde que tenha sua autorização. Ele é muito pequeno, não vai fazer mal a ninguém, não está envolvido com nada, nem ninguém. Basta sua ordem e tudo vai se resolver. Eu posso conseguir uma escola pra ele.”

“Se ele não me trouxer problema, tudo bem. Mas nenhum parente pode pôr os pés aqui.”

Este foi o veredito. Mariana supõe que a conversa tenha fluído tão bem porque o chefe é um homem mais maduro do que geralmente são os líderes do tráfico no Rio de Janeiro. Eles morrem cedo ou são presos, e a sucessão eleva ao poder rapazes cada vez mais novos e inexperientes.

O menino está feliz. Vai ter uma casa, uma família e uma escola.

Mas nem tudo está solucionado. A madrinha não tem nenhum documento da criança, sequer o mesmo sobrenome. Mariana recorre à CRE, explica o drama do Cajueiro, descobre que o menino já tinha registro na rede pública de educação e pede que ele seja matriculado imediatamente, enquanto ela corre atrás dos papéis. A solidariedade entre profissionais da CRE, da escola e as articuladoras funciona. É mais forte do que os entraves burocráticos. A madrinha envia áudios com mensagens do menino. Ela se comove e se orgulha do projeto, do trabalho, da iniciativa que venceu o justificado pessimismo.

Pesquisando a documentação que faltava reunir, Mariana descobre que a mãe do menino morreu de overdose e foi sepultada como indigente. Transmite a notícia à madrinha. Pouco depois, recebe o recado: o menino quer que a tia vá ao seu encontro. Mariana interrompe a agenda. Também sente muita vontade de estar com ele. Na porta de entrada de sua casa, no morro do Cajueiro, ele a vê, abraça-a com toda a força, e chora.